

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, CULTURA E TURISMO

UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR



MARIA DILMA SIMÕES BRASILEIRO
JULIO CÉSAR CABRERA MEDINA
(ORGS.)



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antônio Guedes Rangel Júnior | *Reitor*

Prof. José Etham de Lucena Barbosa | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor*

Conselho Editorial

Presidente

Antonio Roberto Faustino da Costa

Conselho Científico

Alberto Soares Melo

Cidoval Moraes de Sousa

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta

Editores Assistentes

Arão de Azevedo Souza



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Maria Dilma Simões Brasileiro
Julio César Cabrera Medina
(Organizadores)

**Desenvolvimento Territorial,
Cultura e Turismo**
Uma Abordagem Multidisciplinar



Campina Grande-PB
2015

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A EDUEPB segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor*

Arão de Azevêdo Souza | *Editor Assistente de projetos visuais*

Design Gráfico

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Lediane Costa

Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e Distribuição

Vilani Sulpino da Silva

Danielle Correia Gomes

Divulgação

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica

Jane Pompilo dos Santos

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

338.4791
D451

Desenvolvimento territorial, cultura e turismo: uma abordagem multidisciplinar
[Livro eletrônico]. / Maria Dilma Simões Brasileiro; Julio César Cabrera
Medina (organizadores). – Campina Grande: EDUEPB, 2015.
1970 kb 436p. : il.

Modo de acesso: Word Wide Web
<http://proreitorias.ascom.uepb.edu.br/prograd/?page_id=655

ISBN: 978-85-7879-267-1
ISBN EBOOK: 978-85-7879-268-8

1. Desenvolvimento e cultura. 2. Turismo na Espanha. 3. Economia. 4.
Educação. 5. Desafios da globalização. I. BRASILEIRO, Maria Dilma Simões.
II. MEDINA, Julio César Cabrera.

21. ed. CDD

In memoriam de Juan Carlos de Pablos Ramírez

Sumário

Apresentação	11
---------------------------	-----------

PARTE I

O trabalho imaterial na construção do desenvolvimento e das novas territorialidades	19
--	-----------

Maria Dilma Simões Brasileiro

Desenvolvimento, cultura e cidade: uma trilogia (re)visitada	45
---	-----------

Letícia Peret Antunes Hardt

Carlos Hardt

Planificación Urbana y el legado de los megaeventos deportivos: la Copa del Mundo 2014 en Fortaleza	75
--	-----------

Airton Saboya Valente Junior

Joan Noguera Tur

PARTE II

Turismo, cultura e desarrollo: nuevos desafíos de la era global	111
--	------------

Asterio Savelli

Gabriele Manella

**Turismo situado, espaços múltiplos
e tempo acelerado 131**
Julio César Cabrera Medina
José Luis Paniza

**Desenvolvimento na escala humana e economia solidária:
indícios de mudanças no turismo e na sociedade 151**
Luzia Neide Coriolano

**Refletindo sobre Patrimônio Cultural
e turismo sustentável 181**
José Clerton de Oliveira Martins

**El turismo en la sociedad española:
evolución, impactos y tendencias 195**
Inmaculada Puertas Cañaverall
Margarita Latiesa Rodríguez

O turismo no Brasil e seu potencial de desenvolvimento 225
Ricardo Ricci Uvinha

PARTE III

Lazer e natureza; nas pistas da cultura 243
Heloisa Turini Bruhns

**Aportaciones Del Ocio Al Desarrollo Humano
Desde El Enfoque De Las Capacidades 271**
María Jesús Monteagudo Sánchez

Cultura: um desafio teórico 299
Luciano Albino

Globalización, modernización, desarrollo y cultura. Una mirada reflexiva sobre las nuevas condiciones de la modernidad	325
Teresa T. Rodríguez Molina	
Juan Carlos de Pablos Ramírez	

PARTE IV

A cultura e as artes no centro do desenvolvemento	353
Jenny Campos	
Maria Manuel Baptista	
Novos desafíos da cultura e da educación para o progresso em tempos de crises	379
Cristina Ortega Nuere	
Giannalia Cogliandro Beyerns	
Jóvenes, cultura y trabajo. Aproximación a la cultura preventiva	405
Ligia Sánchez Tovar	
Sobre os Autores	427

A cultura e as artes no centro do desenvolvimento

**Jenny Campos
Maria Manuel Baptista**

Génese e história da noção de desenvolvimento

Numa investigação que tem por base a noção de desenvolvimento, parece-nos necessária alguma reflexão prévia sobre a génese e evolução deste conceito. Não nos interessa traçar de forma exaustiva o percurso histórico da noção de desenvolvimento, mas antes referir-nos aos principais momentos desse percurso e perceber as alterações que tem sofrido ao longo dos anos.

Iniciando a reflexão pelas teorias clássicas, é possível identificar como precursores desta noção, os trabalhos de Alfred Weber (1957), bem como de Walter Christaller (1966) e Auguste Lösch (1954). De acordo com estes autores, a produção teórica em torno das questões do desenvolvimento centrou-se, até aos anos 50, no estudo dos fatores que determinam a localização e organização espacial das atividades económicas e, também, na identificação dos fatores de crescimento regional.

É então, no período pós 2ª Guerra Mundial, que a teoria de desenvolvimento sofre algumas alterações, passando agora o conceito a incluir também o contexto político e socioeconómico (que se encontrava em mudanças

profundas). Este ambiente conduziu à formulação de três diferentes teorias do desenvolvimento, que partem de quadros teóricos distintos:

- o paradigma funcionalista;
- o paradigma territorialista;
- o paradigma da globalização e do desenvolvimento sustentável.

Segundo o paradigma funcionalista, que tem por base as teorias de Perroux (1977) e Myrdal (1968), o processo de desenvolvimento é inicialmente desencadeado por aquilo que os autores designam por “polos de desenvolvimento” que, com o decorrer do tempo, se difundem a outros setores e depois a todo o território. À luz deste paradigma, o desenvolvimento não surge espacialmente distribuído de forma igual; pelo contrário, apresenta grandes desequilíbrios territoriais. Acreditavam os defensores deste paradigma que, os fatores da política econômica, bem como os fatores naturais e históricos eram determinantes na concentração das atividades econômicas em determinados locais, podendo funcionar como um fator de atração, ou pelo contrário, de repulsão. Estes três autores defendiam uma concepção de desenvolvimento assente num conjunto restrito de indústrias “propulsoras”, concentradas espacialmente nos “polos de desenvolvimento”. Não obstante, o avanço significativo que a teoria dos polos de crescimento induziu nas teorias do desenvolvimento regional, ela apresenta alguns aspectos negativos que vão muito além dos efeitos positivos. Esta discussão foi iniciada anos mais tarde, por autores como Myrdal (1968) e Krugman (1995).

Myrdal (1968) evidenciou os desequilíbrios crescentes ao nível das regiões e países, partindo para isso, da

análise dos processos que ocorrem em espaços com níveis de desenvolvimento desiguais e das relações que se estabelecem entre eles. O autor defendia então que, os sistemas sociais e econômicos não tendem a evoluir para um equilíbrio, como defende a teoria dos polos de crescimento, mas, pelo contrário, tendem a acumular ciclos de fatores positivos e negativos. Esclarece então que não basta analisar questões econômicas, uma vez que as relações sociais têm um papel dinâmico no desenvolvimento. O mesmo autor destaca que é fundamental o papel da comunicação, do conceito de vizinhança ou mesmo do espírito empreendedor das comunidades.

Já Krugman (1995) identifica os vários problemas decorrentes da teoria do desenvolvimento econômico. Segundo Krugman (1995), os teóricos do desenvolvimento econômico dessa época tinham dificuldades em analisar as economias de escala juntamente com as estruturas de mercado competitivas. Daí que, raramente, se tratassem de temas como educação, meio ambiente, distribuição pessoal da renda, importância das instituições, entre outros. Segundo o mesmo autor:

A razão por que a teoria desenvolvimentista que emergiu nos 1940 falhou, deve-se à inabilidade dos seus criadores em expressar suas ideias em maneiras capazes de serem tratadas com rigor acadêmico pelas técnicas de modelagem já existentes nessa época. Os pioneiros desse campo foram também incapazes de explicitar as estruturas de mercado, ou seja, de teorizar sobre as condições de competição nas economias hipotéticas, que estavam descrevendo (KRUGMAN, 1995, p.6).

Na sequência de todas estas críticas, nos anos 70 e 80, assistiu-se a uma reformulação das questões do crescimento econômico e do desenvolvimento, propondo-se alternativas baseadas num novo paradigma: o paradigma territorialista de desenvolvimento. Neste contexto, foram fundamentais os contributos de Friedman e Weaver (1981), de Stöhr e Taylor (1981), de Piore e Sabel (1984), de Aydalot (1986) e de Scott e Storper (1988). Este novo paradigma caracteriza-se por compreender o desenvolvimento com base no potencial endógeno das diferentes regiões. Este abrange um leque diversificado de elementos, tais como: a mobilização da população, as sinergias geradas pela cooperação social, a partilha de práticas sociais vividas historicamente no processo de construção da territorialidade ou a existência de comportamentos inovadores. Assim, cada território dependeria da constante capacidade coletiva para cooperar e criar, tendo para isso, de otimizar energias e recursos internos, sendo que, em simultâneo, teria que manter a dinâmica do sistema social, político, econômico e ambiental. Em suma, de acordo com o paradigma territorialista e com Hadjimichalis (1994) e Tödtling (1994), o local ou território pode ser compreendido através de suas várias dimensões: local, espacial, identidade e política.

Já o *Group de Reserche Européen sur les Milieux Innovateurs*(GREMI), onde se destaca Aydalot (1986), tem vindo a centrar os seus estudos na análise da relação entre inovação e território, na compreensão das razões porque uns territórios inovam e se desenvolvem e outros não. Justificam essa inovação/desenvolvimento com as capacidades intrínsecas de criar novos produtos, bem como com a existência de configurações organizacionais e institucionais inovadoras. Também Florida (1995) define as “regiões inteligentes” como contextos territoriais com base na

aprendizagem, inovação, na troca de informação e conhecimentos entre atores sociais, bem como na cooperação e na defesa de interesses culturais e econômicos comuns.

Do desenvolvimento econômico, surge o conceito de desenvolvimento sustentável. Este está cercado por críticos e defensores que, embora possam divergir em questões pontuais, na maioria, convergem no que diz respeito à necessidade de um desenvolvimento global, que acarrete melhoria da qualidade de vida para toda a população, através do equilíbrio entre as dimensões econômica, social, cultural, institucional, territorial e ambiental.

Foi na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, que se ressaltaram as questões ambientais pela primeira vez. O relatório “Nosso Futuro Comum” (1987) (também conhecido como “Relatório Brundtland”), veio chamar a atenção para a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento, capaz de manter o progresso em todo o planeta. Nele, evidenciou-se a pobreza como uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. O relatório criticou o modelo adotado pelos países desenvolvidos, por ser insustentável e impossível de ser seguido pelos países em desenvolvimento, sob pena de se esgotarem rapidamente os recursos naturais. Foi deste mesmo documento que emanou a definição mais clássica de desenvolvimento sustentável: um desenvolvimento econômico e social que atenda às necessidades da geração atuais em comprometer a possibilidade das gerações futuras. Esta é então uma busca de equilíbrio entre o que é socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Sachs (1993; 1995) sintetiza as cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Essa dimensão da sustentabilidade exige a

articulação de vários fatores, tais como: o conhecimento dos diversos ecossistemas e seu potencial racional de uso, a difusão da reciclagem dos recursos e a conservação de energia, ou a criação de regras visando à proteção do meio ambiente. Por outro lado, a redução das profundas diferenças de condições de vida entre as camadas sociais de ricos e pobres é a condição primeira da sustentabilidade social. Já a sustentabilidade cultural procura uma modernização endógena, através de um conjunto de ações pertinentes para o local, a sua cultura e seu ecossistema específico. No que diz respeito à sustentabilidade econômica, a eficiência deve ser compreendida numa perspectiva macrossocial.

Já no que concerne às necessidades humanas, estas são determinadas social e culturalmente, fatores que requerem a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro dos limites das possibilidades ecológicas, culturais e sociais. Em suma, acreditamos que o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atenderem às necessidades e aspirações humanas tendo por base a equidade intergeracional.

Foi precisamente com base nestas preocupações de foro social, cultural e humano que surgiu o conceito de Desenvolvimento Humano. Neste contexto, ao analisarem-se os níveis de desenvolvimento de uma população, não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras vertentes como as sociais, culturais e políticas, que influenciam a qualidade da vida humana.

De acordo com o PNUD (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano pretende ser uma medida geral,

sintética, do desenvolvimento humano e para tal, além de ter em conta o PIB *per capita*, também tem em conta dois outros componentes: longevidade e educação. O Índice de Desenvolvimento Humano apresenta uma medida conjunta de três dimensões do desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável (medida pela esperança de vida), aceder à educação (medida pela alfabetização de adultos e pelas matrículas nos níveis primário, secundário e superior) e ter um padrão de vida decente (medido pelo rendimento de paridade do poder de compra). Este Índice é medido de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Por outras palavras, quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Nesta perspetiva, torna-se claro que as pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Todavia, ressaltamos que o índice não é, de forma alguma, uma medida abrangente do desenvolvimento humano. Por exemplo, não inclui indicadores importantes como o respeito pelos direitos humanos, a democracia e a desigualdade. O que fornece é um prisma mais amplo para encarar o progresso humano e a relação complexa entre rendimento e bem-estar.

Desenvolvimento, cultura e artes nas políticas internacionais europeias

Como acabamos de verificar, ao referirmo-nos atualmente ao desenvolvimento, não nos reportamos apenas ao crescimento econômico. Muito pelo contrário, desenvolvimento é sinônimo de ambiente, coesão social, cultura, artes, bem-estar social, entre outros. Neste sentido, podemos entender o desenvolvimento como o resultado da satisfação das necessidades básicas, que englobam o campo físico, mental e social.

À luz da Comissão das Comunidades Europeias (2007):

a cultura encontra-se no cerne do desenvolvimento humano e da civilização. Cultura é aquilo que leva as pessoas a ter esperança e a sonhar, estimulando-lhes os sentidos e facultando-lhes novas maneiras de encarar a realidade. É aquilo que congrega as pessoas, suscitando o diálogo e despertando paixões, de uma maneira que une em vez de dividir (Comissão das Comunidades Europeias, 2007, p. 2).

O mesmo documento refere que as artes, a literatura, o teatro e a música são o cimento que une a Europa e que o desenvolvimento da União Europeia só fará sentido quando ancorado na cultura e nas artes.

Com o objetivo de aprofundarmos as relações existentes entre cultura e o desenvolvimento das comunidades, propomo-nos aqui bordar algumas dimensões que reputamos essenciais nesta relação. Do ponto de vista do turismo, é possível afirmar que a cultura e as artes são dois dos principais elementos de atração de turistas, que vêm em busca de novas experiências, novas atividades artísticas, festas populares, monumentos, museus ou tradições. Assim sendo, é possível afirmar que a imagem das cidades e das regiões se baseia em elementos físicos, mas também em experiências construídas em torno desses elementos, e é essa dinâmica que, geralmente, representa a “Cultura viva” e o espírito das comunidades e dos seus territórios.

Artes e cultura são ainda fundamentais para o desenvolvimento porque geram postos de emprego e atraem trabalhadores e empresas qualificadas. Por fim, a cultura aumenta o grau de coesão, pois contribui para a redução da exclusão social, estimula o trabalho cooperativo, a inovação

e o empreendedorismo. Como veremos mais adiante, acultura e a arte impulsionam processos de sociabilidade, o resgate de valores e identidades locais e desenvolvem um imaginário coletivo, que possibilita ampliar o horizonte do desenvolvimento humano.

Foi neste entendimento que surgiram vários programas comunitários no domínio da cultura. Exemplo disso é o programa Cultura (2007-2013), a permitir que várias organizações culturais executassem projetos culturais e artísticos, com vista a melhorar o conhecimento e a difusão do patrimônio cultural europeu, a promover intercâmbios culturais, a criação artística e literária e a tradução literária. Todavia, muitos outros programas têm um considerável impacto positivo na cultura, como é o caso do programa «Europa para os Cidadãos» (2007-2013), que promove uma cidadania europeia ativa. O mesmo aconteceu com os Fundos Estruturais ou a política de desenvolvimento rural, no âmbito dos quais foi possível o restauro de patrimônio cultural ou a promoção de indústrias criativas, tendo em vista o aumentada capacidade de atração das regiões.

Mais recentemente, surgiu a estratégia *Europa 2020*, um documento em que se procura orientar a estratégia de crescimento da Europa até 2020. Apesar dos termos cultura e artes não serem referidos uma única vez nos documentos oficiais da estratégia Europa 2020, acreditamos ser possível identificar estas duas áreas como elementos potenciadores do desenvolvimento e capazes de contribuir para o alcance dos objetivos referidos pelo quadro *Europa 2020*.

Neste estudo, procuraremos caracterizar o espaço que a cultura e as artes podem desempenhar neste contexto para os próximos quatro anos, buscando identificar formas, caminhos e projetos/áreas que poderão ser trabalhados, com vista a discutir o papel que a cultura e as artes podem vir

a ter, no objetivo de converter o desenvolvimento da União Europeia numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, identificável a nível internacional, nacional e local.

Com o objetivo de compreender melhor o lugar da cultura e das artes na estratégia Europa 2020, teremos que nos deter brevemente naquelas que são as suas principais prioridades:

- 1) Crescimento inteligente: visa reforçar o conhecimento e a inovação, enquanto fatores determinantes do crescimento. Para isso, busca melhorar a qualidade do ensino, promover a inovação e a transferência de conhecimentos, assegurando a transformação das ideias inovadoras em novos produtos e serviços que criam crescimento e emprego de qualidade.
- 2) A segunda prioridade da estratégia Europa 2020 é o crescimento sustentável que visa:

Construir uma economia sustentável, competitiva e em que os recursos sejam utilizados de forma eficiente, explorando a liderança da Europa na corrida ao desenvolvimento de novos processos e tecnologias, incluindo as tecnologias «verdes», acelerando a implantação das redes inteligentes que recorrem às TIC, explorando redes à escala da UE e reforçando as vantagens competitivas das nossas empresas, em especial a nível industrial e das PME, bem como através da prestação de assistência aos consumidores em matéria de utilização eficiente dos recursos. (...) Esta abordagem ajudará (...) a coesão

económica, social e territorial (Comissão Europeia, 2010: 17).

3) A última prioridade refere-se ao crescimento inclusivo, que pretende:

Capacitar as pessoas através de taxas elevadas de emprego, investir nas qualificações, lutar contra a pobreza e modernizar os mercados de trabalho e os sistemas de formação e de proteção social, para ajudar as pessoas a antecipar e a gerir a mudança, e construir uma sociedade coesa (Comissão Europeia, 2010: 21).

Resta ainda referir que a Europa dispõe de inúmeras vantagens que passam por uma base industrial, uma forte tradição marítima, a criatividade, uma moeda única, a liberalização das fronteiras; refira-se ainda que é o principal destino do investimento direto estrangeiro, sem esquecer a sua diversidade cultural e o esforço que tem feito para promover o respeito pelo meio ambiente:

muitos dos nossos Estados-Membros estão entre as economias mais inovadoras e desenvolvidas do mundo. Mas, o que será determinante para o êxito da Europa é a sua capacidade de agir coletivamente, enquanto União (Comissão Europeia, 2010: 11).

O que pretendemos desenvolver em seguida é a ideia de que as artes e a cultura são domínios fundamentais dessa mesma União e que não podem nem devem ser

esquecidas quer pelos órgãos políticos, quer pelos agentes econômico-sociais.

Europa 2020: crescimento e desenvolvimento ancorado na omnipresença da cultura e das artes

A Europa é constituída por um conjunto de identidades culturais nacionais, mas emerge muito claramente também como uma entidade cultural particular, no âmbito da qual, o espírito cultural europeu surge como corolário e onde a herança cultural europeia diversificada é celebrada todos os anos em eventos como a Capital Europeia da Cultura.

Apesar de não haver referências à Cultura e às artes nos documentos da *Europa 2020*, o *Jornal Oficial da União Europeia* (2011) refere que a cultura pode contribuir significativamente para as medidas propostas na estratégia *Europa 2020* com o objetivo de converter a União Europeia numa economia inteligente, sustentável e inclusiva. O mesmo documento refere o contributo da cultura para um crescimento inteligente, destacando que as indústrias culturais e criativas são uma importante fonte de emprego potencial. Este é, pois, um setor bastante dinâmico, cujos resultados positivos se revelam não só pelo dinamismo gerado em seu torno, como também pela sua ligação à inovação e ao crescimento local.

Ainda relativamente ao crescimento inteligente, deve fazer-se referência à íntima ligação da cultura com a educação, uma vez que esta parceria pode contribuir eficazmente para a formação de uma mão de obra qualificada, complementando assim o desempenho econômico e permitindo aumentar e potenciar uma Europa inteligente.

Já no que concerne ao contributo da cultura para o crescimento sustentável o *Jornal da União Europeia* (2011) destaca que esta pode ter um papel essencial através do

fomento de uma mobilidade mais ecológica e da utilização de tecnologias de ponta sustentáveis, incluindo a digitalização, que garante a disponibilidade em linha de conteúdos culturais. O projeto Promise¹, no qual, as regiões e cidades de Uusimaa (Finlândia), Palermo (Itália), Toscana (Itália), Porto (Portugal) e Newcastle (Inglaterra) estão criando, através da rede Internet, um museu virtual europeu sobre o seu património histórico, pretende precisamente fomentar o desenvolvimento turístico. Este é um excelente exemplo de um projeto que visa à cooperação inter-regional, recorrendo para isso à cultura e às novas tecnologias, dando um contributo marcante para o crescimento inteligente destas regiões, o que poderia incluir-se na estratégia da *Europa 2020*. É também relevante aqui o apoio e desenvolvimento da tecnologia que permitiu e permite a criação de soluções interativas inovadoras, que modificam a relação dos visitantes com os espaços e que permitem um novo discurso face ao turismo e ao património.

Para além do exposto, os artistas e o setor cultural como um todo podem desempenhar um papel crucial na mudança de atitudes das pessoas em relação ao ambiente. Tal fato pode ser identificável em projetos educacionais como o “Educação (ambiental) pela Arte” da Fundação Narciso Ferreira (Portugal), onde através da expressão plástica, música, dança e teatro se pretende educar e consciencializar as camadas mais jovens para temas ambientais como a pegada ecológica, a energia ou o lixo.

Em suma, o dinamismo da cultura e das artes, bem como todo o seu potencial criativo podem gerar mudanças de comportamento. Se entendermos que a chave para o desenvolvimento e o crescimento sustentável exige uma

1 Mais informações em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/communic/pdf/culture/cult_pt.pdf

mudança real na forma como vemos o nosso mundo, podemos então pensar as artes e a cultura como elementos que alavancam e sustentam esta mudança.

Por fim, e no que concerne ao contributo da cultura para um crescimento inclusivo, o *Jornal da União Europeia* (2011) sublinha que, a “cultura pode contribuir para um crescimento inclusivo através da promoção do diálogo intercultural no pleno respeito pela diversidade cultural” (*Jornal Oficial da União Europeia*, 2011:2). As atividades e os programas culturais podem fortalecer a coesão social e o desenvolvimento comunitário, bem como capacitar os indivíduos ou toda uma comunidade para a plena participação na vida social, cultural e econômica.

Aqui as artes e a cultura podem ter também um papel fundamental, por exemplo, no combate à pobreza e à exclusão social, pois nestas duas áreas, muitas vezes, criam-se projetos que visam aproximar as minorias da comunidade, como é o caso do projeto “A casa vai a casa” da Casa da Música (Portugal), que trabalha com ex-reclusos, adultos em internamento psiquiátrico ou ex-toxico dependentes, procurando-se construir e reconstruir a aproximação destes indivíduos à sociedade e evitar problemas de isolamento e exclusão. Evidentemente que cultura não é solução para a pobreza ou mesmo violência, mas esta pode dar uma contribuição na busca desoluições de problemas sociais como estes.

As artes e a cultura podem ser também compreendidas como vetores de coesão social e regional, pois têm o poder de regenerar localidades, envolvendo toda a comunidade num esforço coletivo e potenciando o capital social de toda uma região. Veja-se o exemplo de Bilbao (Espanha), uma cidade que apostou no Museu Guggenheim, um projeto de grande arrojo arquitetônico e interesse turístico e cultural. Schneider(s.d) refere que as artes, a literatura, o cinema, a arquitetura e o planeamento urbano são parte das relações

que determinam o perfil cultural de uma cidade ou região. Estes devem ser articulados com os meios de comunicação social, as regras de conduta social, a organização do trabalho, as línguas e a natureza multicultural da sociedade, as leis, a vida religiosa e a herança cultural material e imaterial. Veja-se o exemplo de Ferrara (Itália) que, nos últimos anos, usou a cultura como forma de se reposicionar na Europa, assumindo-a como parte da sua estratégia de desenvolvimento. Declarada Patrimônio Mundial, em 1995, a cidade tem efetuado esforços para se ligar à arte e à cultura contemporâneas. Neste momento, a região é já conhecida pelos seus festivais (o mais conhecido é o *International Buskers Festival*), exposições e pela época de ópera.

Também as paisagens culturais - enquanto lugares que transmitem histórias que preservam a memória e as tradições - são fatores de qualificação do espaço público: atente-se no exemplo dos sítios classificados como Patrimônio Mundial ou as Capitais Europeias da Cultura. Um caso de sucesso é Istambul e o seu Santral Istambulque, no âmbito do programa Istambul Capital Europeia da Cultura 2010, converteu a central de eletricidade numa referência do patrimônio industrial e cultural. A Santral Istambul é um exemplo de modernização cultural de um bem patrimonial dos períodos clássico, bizantino e otomano. Atualmente, engloba um museu de arte moderna, um museu de eletricidade, um espaço cultural, uma biblioteca, restaurantes, cinema, bem como residências para jovens artistas. Este é um de muitos casos que evidencia o modo como se pode agregar valor, tanto econômico quanto simbólico, a um determinado bem cultural, produzindo este o reconhecimento e identificação da população local com a sua história e sua cultura, além de agregar valor econômico, o que acaba por integrar a comunidade local numa lógica de desenvolvimento.

Tirar partido do contributo que a cultura e as artes podem trazer o desenvolvimento é urgente e essencial. Para tal, é fundamental que todos os setores cooperem entre si e que seja seguida uma abordagem focalizada a todos os níveis das políticas públicas. Neste sentido, vários documentos da União Europeia convidam os Estados membros a tomarem em consideração o caráter transversal da cultura na formulação de políticas relevantes e dos programas nacionais de reforma para a consecução dos objetivos da estratégia *Europa 2020* e a procederem ao intercâmbio de boas práticas no que respeita aos instrumentos e metodologias de medição do contributo da cultura para os referidos objetivos. Assinalam, por isso, a importância da criação de sinergias e de promoção de parcerias entre instituições de educação, de cultura e de investigação e o setor empresarial a nível nacional, regional e local. O mesmo organismo incentiva que se incluam nos processos artísticos e culturais tecnologias sustentáveis e ecológicas e que se apoiem os artistas e o setor cultural no aumento da sensibilização para as questões do desenvolvimento sustentável, através, nomeadamente, de atividades educativas não formais.

Resta ainda referir o papel primordial que desempenha o turismo cultural sustentável como motor de coesão e desenvolvimento económico. Um exemplo vem da Eslováquia, onde uma estação de trem em funcionamento foi reconvertida num centro cultural. A construção de *Stanica Žilina Zariečie* funciona como estação ferroviária e como centro cultural (integrando uma galeria, um espaço de workshops, um café, uma sala de espera e um espaço multiuso, para apresentações de teatro, dança, concertos, debates e projeções). Esta associação do espaço público a um centro cultural pretende demonstrar que a arte pode estar na base da mudança social.

Os vários casos de sucesso espalhados pela Europa demonstram que a atividade turístico-cultural se pode tornar numa ferramenta de desenvolvimento econômico esocial, sustentando-se para isso na cultura e nas artes. Contudo, há cuidados que devem ser tomados para evitar que as tradições e as memórias das localidades se mol-dem automática e acriticamente aos interesses turísticos. Para tal, há que garantir o envolvimento da comunidade e consciencializar todos os agentes envolvidos que o desenvolvimento turístico-cultural pode ser entendido como uma estratégia que fortalece e melhora a economia, acentua anecessidade de preservação ambiental e cultural, garante a melhoria da qualidade de vida dos moradores, mas isto só acontecerá se houver uma perspectiva constante de desenvolvimento sustentável e de respeito pela cultura local.

Em suma, pretende-se argumentar a favor da contribuição da cultura para as sociedades inteligentes, sustentáveis e inclusivas, embora estejamos muito aquém de aproveitar o enorme potencial da cultura e das artes. A cultura desempenha um papel importante na economia de hoje, requerendoinovação, o que nem sempre é sinônimo de tecnologia. A economia cultural é a economia da criatividade e isso se torna evidente com as indústrias culturais e criativas.

Ainda existe pouca compreensão sobre a importância da cultura para a competitividade da União Europeia como um setor econômico ou como um recurso para tornar os produtos e serviços mais competitivos. Todavia, a criatividade individual é conhecida por ser uma importante base de talento humano e pensamento inovador. As mudanças globais representam desafios para a sociedade e sem soluções criativas (individuais ou coletivas) e pensamento inovador, é quase certo que estes desafios não podem ser enfrentados com sucesso.

No caso português, a importância da qualificação da população para o desenvolvimento sustentável, bem como o de reduzir as taxas de abandono escolar precoce são um desafio central para o desenvolvimento. Elevar o nível de qualificação da população ativa em Portugal é uma das formas de alavancar a competitividade da nossa economia, assim como combater as desigualdades sociais. A ligação da formação e qualificação está ainda associada às questões do emprego. Neste contexto, relembramos que acultura e as artes podem contribuir significativamente para a geração de postos de trabalho.

Em suma, acultura não é apenas uma atividade pública criadora de despesas suplementares, é também uma parte cada vez mais importante da economia pública e privada, com um forte potencial de desenvolvimento e crescimento, implicando elementos de criatividade, inovação e produção que podem ser benéficos para as economias regionais e locais, revestindo-se de uma importância tripla para o desenvolvimento regional: em primeiro lugar, é fonte de emprego, pois implica atividades relacionadas com o património ou turismo cultural, assim como com os produtos e as indústrias de vocação cultural, criando, direta e indiretamente, emprego. Em segundo lugar, é um fator cada vez mais decisivo na localização de novos investimentos, dado que reforça a imagem e a capacidade de atração de uma região (a cultura pode desempenhar um papel importante na renovação de zonas urbanas desfavorecidas ou de zonas rurais, como já referidas anteriormente). Em terceiro lugar, pode favorecer a integração social e, deste modo, contribuir para a coesão social.

Conclusão e recomendações

O desenvolvimento e o crescimento econômico não conseguirão atingir resultados significativos se não se lhes associar uma estratégia social, cultural e artística. A cultura e as artes não podem ser entendidas como uma consequência do desenvolvimento, pois, na verdade, elas são uma das causas e mesmo motores do desenvolvimento. Atualmente, é impossível pensar o desenvolvimento sem ter consciência da necessidade de integrar áreas como a cultura, a educação, as novas tecnologias, as artes e o ambiente, entre outras. Projetos onde estas áreas se articulam permitirão reforçar o impacto social e econômico que as políticas de desenvolvimento e crescimento pretendem sustentar.

As políticas públicas devem ser capazes de impulsionar o aperfeiçoamento e a interação destas áreas, na busca de resultados significativos, que atendam, com excelência, aos interesses da sociedade. A integração sistemática da dimensão cultural e dos diferentes componentes da cultura no conjunto das políticas, projetos e programas em matéria de relações externas e de desenvolvimento é algo que nem sempre acontece, mas a cultura e as artes têm teimado em combater. Foi precisamente isso que tentamos demonstrar neste estudo sobre a estratégia Europa 2020, apesar de a cultura e as artes não são referidas uma única vez. Parece-nos, contudo, claro que estas são forças que alavancarão o aumento da competitividade, da sustentabilidade, excelência e do desempenho econômico da União Europeia. Esta mesma instituição identificou uma série de iniciativas emblemáticas como ferramentas para a realização de objetivos quantificados no âmbito da estratégia *Europa 2020*. Do ponto de vista da cultura e das artes, este envolvimento poderá concentrar-se em vários tipos de iniciativas

e projetos, para além das mais evidentes, que são indústrias culturais e criativas. Falamos de bens e serviços, tais como obras de arte, livros, filmes, programas de televisão, que transmitem um significado simbólico e incorporam um valor cultural, que transcende qualquer valor comercial que possam ter.

Também é possível afirmar que cultura e artes têm um papel preponderante na coesão social, pois esta é também influenciada não só por aquilo que somos hoje, mas também por aquilo que recebemos dos nossos antepassados. E reside aqui uma das nossas dívidas com as próximas gerações: a passagem de todo um conjunto de conhecimentos, património, hábitos, crenças e valores para os vindouros. Esta contribuição da cultura e das artes para a coesão social e o desenvolvimento da comunidade poderá estar associada, por exemplo, às iniciativas “Plataforma europeia contra a pobreza” (Comissão Europeia, 2010) ou à “Juventude em Movimento” (Comissão Europeia, 2010).

Por outro lado, temos que ter presente a crescente importância da cultura para o desenvolvimento regional. Nesta perspetiva, o setor cultural deveria ser mais explorado, para reforçar e diversificar o potencial de desenvolvimento local e regional, especialmente nas regiões menos favorecidas.

Este estudo leva-nos a crer que há uma falta de esclarecimento das entidades decisoras quanto à importância que as artes e a cultura podem ter neste momento de mudança que se pretende que envolva todos os estados-membros da Europa. Daí que, nos próximos anos, seja necessária uma compreensão mais rigorosa e amplificados benefícios económicos da cultura e das artes que se constituam como instrumento de promoção de uma política cultural como função essencial nas decisões governativas e, em simultâneo, permitam criar projetos com parcerias entre diferentes

ministérios e áreas da vida social. As ações dos Ministérios da Cultura ou, no caso português, da Secretaria de Estado da Cultura têm de começar a revelar um entendimento da sociedade e época em que estão inseridos, mostrando que a política tem também uma faceta mensurável, baseada em evidências numéricas, comportamentais, simbólicas, entre outras. Por outras palavras, a cultura e as artes devem ser entendidas como recursos ou motores do desenvolvimento. Acreditamos que, desta forma, a cultura e as artes podem abraçar plenamente a mudança digital e desempenhar o seu papel de impulsionadoras do desenvolvimento e da inovação na economia, enquanto promovem a inclusão social, mostrando que, na União Europeia, há também espaço para uma cultura viva e ativa, que procura dar o seu contributo para uma Europa mais sustentável, verde, tecnológica, inclusiva equitativa e inteligente.

Referências

AYDALO, P. **Milieux innovateurs en Europe**. Paris: GREMI, 1986.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

FLORIDA, R **Towards the learning region**. *Futures*, 2005, 27(5) p. 527-536.

FREIDMAN, J; WEAVER, C. **Território y Function** – La evaluation de la planificacion regional. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion local, 1981.

KRUGMAN, P. **Development, Geography, and Economic Theory**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

LÖSCH, A. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

OECD. **Culture and Local Development**. Paris: OECD, 2005.

MADJIMICHALIS, C. Global- Local social conflicts: examples from Southern Europe. In, Amin, A; Thrift, N (Eds) **Globalization, Institutions and regional development in Europe**. Exford: Oxford University Press, 1994, p. 239-260.

MYRDAL, G. **Teoria económica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

PERROUX, F. O conceito de pólo de desenvolvimento. In, Schwartzman, J (org). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLA, 1977, p. 145-156.

PIORE, M; SABEL, C. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

SACHS, I., **À la recherche de nouvelles stratégies de développement**. Paris: UNESCO, 1995.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI**. São Paulo: StudioNobel/Fundap, 1993.

SCOTT, A; STORPER, M. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução

teórica. In, **Espaço e debates**:Revista de estudos regionais e urbanos. Ano VIII, n.º 25. São Paulo, 1988, p. 30-44.

STÖHR, W; TAYLOR, D. **Development from above or below?**The dialectics or regional planning in development countries. Londres: Wileyans sons, 1981.

THÜNEN, J. **The isolated state**. New York:Pergamon Press, 1966.

TODTLING, F (1994) The uneven landscape of innovation poles: local embeddeness and global networks. In, Amin, A; Thrift, N (Eds) **Globalization, Institutions and regional development in Europe**. Exford: Oxford University Press, 1994, p. 68-90.

WCED. **Our common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WEBER, A. **Theory of location of industries**. Chicago: University of Chicago Press, 1957.

BIBLIOGRAFIA DIGITAL

Conferência das Nações Unidas de Estocolmo 1972. Report of the United Nations Conference on the Human Environment. Disponível em:

<http://www.unep.org/Documents/Default.asp?documentID=97&ArticleID=1503>.
Acesso em: 21 de junho de 2013.

Comissão das Comunidades Europeias. Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura no mundo globalizado. Bruxelas, 2007. Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0242:FIN:PT:PDF>. Acesso em: 3 de junho de 2013.

Comissão Europeia. Comunicação da Comissão Europa 2020. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Bruxelas, 2010. Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:pt:PDF>. Acesso em: 14 de maio de 2013.

Jornal Oficial da União Europeia. Informações das Instituições, órgãos e organismos da União Europeia. 2011. Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2011:175:0001:0004:PT:PDF>. Acesso em: 28 de abril de 2013.

Comissão Europeia. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. Política da coesão e Cultura. Um contributo para o emprego. (s.d)Disponível em:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/communic/pdf/culture/cult_pt.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2013.

<http://www.fundacaoip.pt/pt/projectos/cultura/>.
Acesso em: 2 de maio de 2013.

OCDE (2007) Definir uma estratégia nacional para o desenvolvimento de estatísticas com base em políticas governamentais. Disponível em:

<http://www.paris21.org/sites/default/files/2551.pdf>.
Acesso em: 27 de junho de 2013.

PNUD (2013) Relatório do desenvolvimento humano 2013. A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado. Disponível em:

<http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2013.

Schneider, Bernhard. Cidades e regiões que responsabilidade pela cultura da Europa. Brussels, EEIG A soul for Europe, (s.d). Disponível em:

http://citiesforeurope.eu/sites/default/files/downloads/Cidades_e%20Regioes_low.pdfAcesso em: 14 de maio de 2013.

